O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 23 | Nº 67 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.16398143

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

PERCURSO DO DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO

Jéssica Dellalibera dos Santos[1]

Meire Cachioni[2]

Resumo

A educação para o envelhecimento é necessária para colaborar na compreensão e preparação do processo de envelhecimento da sociedade e o do próprio indivíduo. O objetivo do presente estudo é apresentar o processo de desenvolvimento da primeira Política Pública brasileira de educação para o envelhecimento direcionado à educação básica, desenvolvida no estado de Santa Catarina. Além disso, apresentar um modelo para capacitação de professores sobre a temática. A metodologia adotada consiste na realização de uma entrevista semiestruturada com cada um dos membros da equipe técnico-pedagógica que participaram da formulação da Política, e aplicação de um formulário online no aplicativo Google Forms, disponibilizado aos autores do Caderno da Política, documento que serve como norteador para o desenvolvimento da referida Política pública. Os dados foram analisados a partir de análise de conteúdo, de acordo com as diretrizes de Kuckartz e Rädiker. Como resultados, a pesquisa evidenciou que a formulação dessa Política pública ocorreu na modalidade online, interdisciplinar e descentralizada, envolvendo 14 instituições participantes, tendo como objetivo principal minimizar o preconceito etário cometido pelos mais jovens em relação às pessoas idosas. Como estratégia de implementação, os participantes indicaram a capacitação de professores de educação básica, no entanto não foi identificado consenso a respeito desta capacitação. Apesar de promulgada pelo Decreto n.º 2.037, de 29 de junho de 2022, divulgado no Diário Oficial da União, a Política ainda precisa ser implementada. Conclui-se ainda ser necessário o entendimento da temática por parte da Secretaria de educação do estado de Santa Catarina para implementação da temática.

Palavras-chave: Capacitação Docente; Educação Para o Envelhecimento; Política Pública.

Abstract

Education for aging is necessary to assist in understanding and preparing for the aging process of society and of the individual. The objective of this study is to present the development process of the first Brazilian Public Policy on education for aging aimed at basic education, developed in the state of Santa Catarina. Furthermore, it aims to present a model for teacher training on the topic. The methodology adopted consists of conducting a semi-structured interview with each member of the technical-pedagogical team who participated in the formulation of the Policy, and an online form in the Google Forms application made available to the authors of the Policy's Notebook, a document that serves as a guide for the development of the said public policy. The data were analyzed using content analysis, according to the guidelines of Kuckartz and Rädiker. As a result, the research showed that the formulation of this public policy occurred in an online, interdisciplinary, and decentralized manner, involving 14 participating institutions, with the main objective of minimizing ageism committed by younger people against the elderly. As an implementation strategy, the participants indicated the training of basic education teachers; however, no consensus was identified regarding this training. Despite being enacted by Decree No. 2,037, of June 29, 2022, published in the Official Gazette, the Policy has yet to be implemented. It is also concluded that an understanding of the topic by the Santa Catarina State Department of Education is necessary for its implementation.

Keywords: Education For Aging; Public Policy; Teacher Training.

[1] Doutora em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: jessica.dellalibera@hotmail.com

[2] Professora da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Gerontologia. E-mail: meirec@usp.br

INTRODUÇÃO

A educação para o envelhecimento fornece informações à sociedade que contribuem para a desmistificação de preconceitos e estereótipos em relação ao envelhecimento, que podem ser desenvolvidos desde a infância. A implementação dessa temática se faz necessária na educação básica, pois a escola é a principal instituição de educação formal que os indivíduos se inserem na infância, desenvolvendo o exercício necessário para a promoção da cidadania. Apesar de estar presente em diversos documentos oficiais, a educação para o envelhecimento ainda não foi implementada de maneira sistemática na educação básica, sendo indicado na literatura gerontológica a capacitação dos professores e a criação de uma Política Pública específica sobre o desenvolvimento deste tema.

Apesar de não existir uma única definição sobre o que são políticas públicas, é possível conceituá-las como ações, decisões políticas ou instrumentos que tem por objetivo aprimorar, promover e/ou garantir os direitos do cidadão. Esse objetivo pode ser alcançado a partir de duas finalidades de políticas públicas, sendo consideradas corretivas, quando são direcionadas a atuarem em problemas públicos de violação dos direitos que já estão ocorrendo, e preventivas quando a perspectiva é evitar que estes ocorram. Para compreender sobre o desenvolvimento das políticas públicas, deve-se considerar, também, o momento histórico em que foram formuladas e os atores envolvidos neste processo, uma vez que a relação entre eles em termos de cooperação, participação e diálogo é fundamental no processo de implementação de uma política pública.

O presente estudo descreve e analisa o percurso de desenvolvimento da Política de educação para o envelhecimento do estado de Santa Catarina, pioneira no país, a partir da perspectiva de seus formuladores. Como metodologia, trata-se de um estudo de qualitativa do tipo descritivo e transversal. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas online, utilizando o aplicativo *Zoom*, com a equipe técnico-pedagógica responsável pelo desenvolvimento da Política, para verificar a implicação deles no processo de formulação e relevância do tema, pois nem todos os temas se tornam importantes para todos os atores, o que pode denotar maior ou menor eficácia na efetivação da Política. Ademais, foi aplicado um formulário online utilizando o *Google Forms* disponibilizado para os autores do Caderno da referida Política, documento que serve como subsídio para seu desenvolvimento. O objetivo do formulário foi coletar informações sobre capacitação de professores no âmbito da educação para o envelhecimento com vistas de apresentar um modelo de capacitação.

Pretendeu-se com o presente estudo, portanto, fornecer elementos para compreender como ocorreu o desenvolvimento da Política Pública de educação para o envelhecimento do estado de Santa Catarina, bem como colaborar com a capacitação de professores, que é indicada pelos autores do Caderno como

estratégia de implementação. Ressalta-se o ineditismo do estudo em termos de documentação da formulação de políticas no campo do envelhecimento.

A estrutura deste estudo divide-se em seis partes: a presente introdução, seguida do referencial teórico-conceitual sobre as temáticas: educação para o envelhecimento e políticas públicas importantes para a compreensão deste estudo, procedimentos metodológicos adotados, resultados, discussão e considerações finais.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENVELHECIMENTO COMO POLÍTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As Políticas Públicas são definidas por Secchi (2019) como diretrizes voltadas para o enfrentamento de um problema público. O problema pode ser em relação à carência ou excesso de alguma coisa como, por exemplo, nos casos de carência de alimentos ou excesso de carros na estrada que causam congestionamento na cidade. Para ser considerado um problema público, este deve ser entendido como coletivamente relevante pelos atores políticos que elaborarão a resposta ao problema (SECCHI, 2013; SOUZA, 2006). Dessa maneira, as Políticas Públicas envolvem além do conteúdo concreto – por exemplo, suas características legais, seu orçamento e sua estrutura administrativa de implementação – o conteúdo simbólico em seu processo de desenvolvimento e atuação, pelo fato de que nem todas as pessoas subjetivamente entendem as situações como inadequadas ou relevantes para a sociedade (SECCHI, 2019).

A partir da identificação da demanda e entendimento de que necessita de uma intervenção pública, o problema entra na agenda de um ator político em que passa a planejar os objetivos que essa Política atingirá e quais atores estarão envolvidos nesse processo de formulação da Política (SOUZA, 2006). Na perspectiva multicêntrica defendida por Secchi e Cruz-Rubio (2025), a formulação de Políticas pode ser realizada por diferentes atores (ex. organizações privadas, organizações não-governamentais e atores estatais), sendo as universidades uma das parcerias mais promissoras (AGOPYAN; ARBIX, 2022). Isso porque nelas há especialistas e grupos de pesquisa que se dedicam na produção de conhecimento que pode colaborar na identificação do problema público em diferentes concepções (AGOPYAN; ARBIX, 2022).

Apesar da compreensão que os desenvolvedores das Políticas públicas têm a respeito de não existir uma implementação perfeita, devido a fatores como tempo para elaboração e recursos suficientes para implementação, um dos maiores desafios para o cumprimento das Políticas elaboradas é o comportamento humano (FERNANDES, 2022). Cada sociedade tem uma forma de comportamento derivado da cultura local, sendo importante no planejamento e implementação das Políticas, considerar a sociedade vigente

(SEN, 2018). Ademais, o que dificulta a implementação de uma Política é a carência de estudos sobre esta etapa em detrimento às fases iniciais de formulação (SOUZA, 2007).

A aceleração do envelhecimento populacional é uma demanda que sinaliza preocupação mundial, pois muitas pessoas idosas têm carência de recursos essenciais para uma vida digna, como recursos financeiros e de saúde, além da dificuldade para participarem da sociedade, devido ao preconceito em relação à idade (etarismo), que surge quando as pessoas sofrem qualquer tipo de prejuízo, desvantagem e injustiça em decorrência de sua idade, podendo ocorrer com pessoas de diferentes idades, sendo as idosas as mais afetadas (OPAS, 2022; TABORDA *et al.*, 2023). Portanto isso requer dos governos e da sociedade civil urgência em desenvolver ações que superem esses problemas, na esfera de desenvolver Políticas e leis, atividades educativas e intervenções de contato intergeracional (OMS, 2015).

Por isso, é necessário construir uma sociedade para todas as idades (OPAS, 2020). Um recurso importante para o enfrentamento desses problemas é oferecer práticas formativas e informativas sobre o envelhecimento à sociedade (TODARO; CACHIONI, 2022). A educação para o envelhecimento é uma área de conhecimento e intervenção que compõe a gerontologia educacional (PETERSON, 1990). Pode ser definida como intervenções e programas que possibilitam à sociedade reconhecer perspectivas em relação às pessoas idosas e ao próprio processo de envelhecimento (PETERSON, 1990), a partir do fornecimento de informações sobre esta temática (NERI, 2014).

A convivência entre gerações é um exemplo de prática educativa em que é possível promover solidariedade, amizade, troca de conhecimentos e ajuda mútua entre indivíduos de diferentes idades (FRANÇA *et al*., 2010). A partir da educação para o envelhecimento, podemos capacitar cada indivíduo a entender seu próprio processo de envelhecimento e da coletividade (BANDEIRA; OLIVEIRA, 2019), na pretensão de possibilitar uma vida saudável, longínqua e solidária entre as gerações, principalmente em relação às pessoas idosas (LEVY; GU, 2022).

Deste modo pode promover mudanças na compreensão que a sociedade tem, a respeito da velhice e envelhecimento, desenvolvendo uma imagem mais positiva, podendo ser uma das estratégias para minimizar o preconceito etário (ALVES *et al*., 2024; NERI, 2014; PETERSON, 1990; TODARO; CACHIONI, 2022). O preconceito em relação à idade, o idadismo (*ageism*, em inglês) conceituado por Butler (1969) se refere a estereótipos, preconceito e discriminação em relação às pessoas tendo como base a idade (OPAS, 2022). Maus tratos, desdém, superproteção e generalização de que a velhice é sinônimo de doença são alguns exemplos de sua ocorrência (VAZÃO, 2015). Quanto mais cedo se têm acesso aos conteúdos provenientes da educação para o envelhecimento, menor será o preconceito manifestado em qualquer fase da vida (MCGUIRE, 2017). Desta forma, para melhorar o convívio dos mais jovens em relação às pessoas idosas, bem como aceitar o próprio envelhecimento é necessário que se ensine sobre

este tema, incorporando-o na educação básica, como estratégia de intervenção precoce (KAYA *et al*., 2014; MCGUIRE, 2017).

Diversos documentos oficiais destacam a importância social da educação para o envelhecimento, tais como a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2022), Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006), Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), entre outros. Estes documentos enfatizam a necessidade de se inserir a educação para o envelhecimento no currículo escolar, bem como ser ofertada ao longo de toda a vida (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013). Por ser o local de encontro da diversidade de raças, etnias, culturas, credos, entre outros, é possível propiciar na escola a convivência intergeracional e promover o respeito mútuo, por meio da discussão em sala de aula sobre o tema do envelhecimento e velhice (ARROYO, 2004; EMILIO-YUS; MUNITIS, 2025). Para acrescentar a relevância dessa e de outras Políticas públicas voltadas à questão do envelhecimento, é importante considerar que, no século XX, a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas ocorreu em decorrência, também, da implementação de Políticas públicas (WESTCOTT; BAECHLE, 2001), ampliando as possibilidades de obter ganhos na velhice inicial (BALTES; SMITH, 2006).

Diante da necessidade de se ter um ensino sobre o envelhecimento, no ano de 2022, foi instituída no estado de Santa Catarina, a Política de educação para o envelhecimento, a partir do pelo Decreto n.º 2.037, de 29 de junho de 2022 (SANTA CATARINA, 2022a), que, no seu artigo 3.º, parágrafo III dispõe que um dos objetivos desta Política é, "*assegurar o direito à educação para o envelhecimento, a fim de promover a cidadania e fomentar o desenvolvimento sustentável, social e econômico do estado*" (SANTA CATARINA, 2022a). Em complemento, foi desenvolvido o Caderno desta Política que é composto de cinco capítulos que apresentam sobre o envelhecimento e seu processo, políticas públicas em vigor sobre a temática, a intersecção entre educação e envelhecimento, as relações intergeracionais, o estabelecimento de parcerias que as escolas podem buscar, bem como instruem o desenvolvimento de ações nas escolas de educação básica (SANTA CATARINA, 2022b). A relevância desta Política é ser uma diretriz pioneira no país a respeito desta temática direcionada à educação básica.

Assim, o presente estudo tem por objetivo descrever o percurso de desenvolvimento da Política de Educação para o Envelhecimento do Estado de Santa Catarina e conhecer a perspectiva de seus formuladores. Atingir esses objetivos é essencial para aprimorar estratégias de sua implementação (SECCHI, 2013), bem como para servir de referência para outros Estados.

Para que haja a implementação de uma Política educacional nas escolas de educação básica é necessário, portanto, compreender o cotidiano de cada escola, capacitação dos professores e prática pedagógica desenvolvida por eles (GOMES; COLARES, 2019). Assim sendo, a participação dos

professores é necessária no processo de implementação, em termos de elaboração de diferentes ações e práticas (JARDILINO; SAMPAIO, 2019). Portanto, a implementação da temática sobre envelhecimento no ensino básico depende da sensibilização que o professor fará a seus alunos frente à esta temática. Sendo necessário, primeiramente, ser sensibilizado (CACHIONI; TODARO, 2016) uma vez que a postura e prática do professor não é considerada neutra (ANDRADE *et al*., 2020).

Desta maneira, se o professor tem crenças e atitudes negativas frente ao envelhecimento e à velhice, será esta perspectiva que ensinará aos seus alunos (YAMASHIRO, 2018). Aliado a isso, os livros infantis e didáticos podem conter estereótipos negativos frente à velhice e ao envelhecimento que podem interferir nas crenças e atitudes dos alunos frente à temática (ABECASSIS, 2018; AGUIAR, 2018; SIMONETTI, 2016). Por isso, os professores devem receber capacitação a respeito do processo de envelhecimento antes de desenvolvê-la com seus alunos (YAMASHIRO, 2018).

Apesar da indicação dos documentos oficiais referente à implementação da educação para o envelhecimento na educação básica, ela ainda não ocorreu de maneira efetiva devido a inexistência de capacitação docente específica que permita o aprofundamento sobre o envelhecimento humano, a partir de uma perspectiva interdisciplinar (VIEIRA, 2023). Isto posto, o objetivo deste estudo é identificar de que maneira esta capacitação de professores deveria ocorrer, a partir da indicação dos autores da Política Estadual de Santa Catarina. Conhecer a perspectiva dos autores da Política é fundamental para aprimorar estratégias de sua implementação, uma vez que uma das diretrizes desta Política é formar professores para incentivar esta temática nas práticas de ensino, bem como desenvolver materiais didático-pedagógicos específicos (SANTA CATARINA, 2022b).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do tipo descritivo e transversal. Os estudos qualitativos propõem entender ou interpretar os fenômenos a partir da perspectiva e significado que os participantes lhes atribuem (DENZIN, 2017). Os dados podem ser coletados mediante entrevistas, análise documental e observações com a finalidade de desenvolver hipóteses, categorias e teorias (MERRIAM; TISDELL, 2016). A partir desse tipo de abordagem é possível entender os fenômenos que não poderiam ser quantificados utilizando procedimentos estatísticos, bem como contribuir para entender o contexto que está atrás dos dados estatísticos, proporcionando a expressão livre das crenças, sentimentos e experiências dos indivíduos (GIL, 2021). Uma outra vantagem da abordagem qualitativa é com relação à apresentação

dos resultados. Por serem de natureza descritiva, podem ser apresentados em palavras e figuras. Podem ser excertos de documentos, trechos de fala, notas de campo entre outros (GIL, 2021).

Ademais, a compreensão e interpretação dos resultados poderá ser checada com os respondentes, garantindo a fidedignidade dos dados coletados (DENZIN, 2017). O principal objetivo de uma pesquisa descritiva é descrever as características de determinada população ou fenômeno a ser estudado realizando o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2021). Complementarmente, a característica de um estudo de corte transversal é observar as variáveis, os dados, em um único momento, possibilitando coletar as informações em um curto espaço de tempo, e de produzir mais rapidamente resultados a respeito da temática pesquisada e sua prevalência na população definida (ZANGIROLAMI-RAIMUNDO; ECHEIMBERG; LEONE, 2018).

População, instrumentos e coleta de dados

Para descrever o percurso de desenvolvimento da política pública de educação para o envelhecimento do estado de Santa Catarina, foram elegíveis os quatro participantes que fizeram parte da equipe técnico-pedagógica de elaboração do Caderno da referida Política. O Caderno é um documento produzido pela Secretaria de Estado de Educação, que serve como fundamento para esta Política Pública (SANTA CATARINA, 2022b). O contato inicial com cada integrante da equipe ocorreu por e-mail, ocasião em que foram convidados a participarem, de forma voluntária, de uma entrevista semiestruturada *online*. Após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas foram realizadas no período de junho a agosto de 2023, utilizando o aplicativo Zoom, e foram gravadas no *software* de gravação de áudio *Audacity*.

As perguntas foram elaboradas segundo critério proposto por Secchi (2019) a respeito do ciclo de Políticas Públicas, que se refere às etapas que correspondem à formulação de Políticas Públicas. As etapas são: a) identificação do problema público – quando uma situação é identificada como um problema que afeta a coletividade; b) formação de agenda – quando um problema entra na agenda governamental com vistas à trata-lo como prioridade; c) formulação de alternativas - quais são as maneiras de resolver o problema público; d) tomada de decisão – se refere a intenção sobre como enfrentar o problema público; e) implementação - transformar a intenção em ação; avaliação – verificar a eficácia das ações propostas. Ademais, o Caderno desta Política Pública foi consultado para auxiliar na elaboração do roteiro de entrevista, que está apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Roteiro de entrevista

1.	Qual(is) é(são) a(s) especificidade(s) de uma sociedade que envelhece em SC?
2.	Como a educação para o envelhecimento pode contribuir para a população de SC?
3.	Qual problema público esta Política aborda?
4.	Este problema público precisa ser corrigido ou prevenido?
5.	Qual grupo geracional comete/cometeria esse problema público?
6.	Qual grupo étnico racial comete/cometeria esse problema público?
7.	Quais fatores foram determinantes para a criação desta Política?
8.	Quais foram as etapas para o desenvolvimento da Política?
9.	Quais documentos baseiam cada etapa?
10.	Quais são as considerações que o(a) Sr(a). tem a respeito de cada etapa?
11.	Como ocorreram as etapas para o desenvolvimento do Caderno?
12.	Qual foi a periodicidade dos encontros para a discussão e sua carga-horária?
13.	Havia algum prazo para o desenvolvimento da Política?
14.	Quais são os desafios para o desenvolvimento das etapas? E qual é a mais complexa?
15.	Como foi realizada a escolha das entidades participantes do desenvolvimento do Caderno?
16.	Como ocorreu a escolha dos representantes dessas entidades?
17.	Outras entidades foram escolhidas para participar?
18.	(Se a resposta anterior for não). Por qual motivo?
19.	Os povos tradicionais (indígenas) foram convidados para desenvolverem o Caderno?
20.	(Se a resposta anterior for não). Por qual motivo?
21.	E os ciganos, foram convidados?
22.	(Se a resposta anterior for não). Por qual motivo?
23.	A população do campo foi convidada para desenvolver o Caderno?
24.	(Se a resposta anterior for não). Por qual motivo?
25.	Os professores da educação básica foram convidados para participarem do desenvolvimento da Política?
26.	(Se a resposta anterior for sim). Eles participaram? De que maneira? (Se a resposta anterior for não). Por que não?
27.	Em relação aos demais membros da equipe de elaboração (consultora, coordenadora geral, colaboradores), de que maneira fizeram parte da equipe?
28.	No dia do lançamento da Política, houve a distribuição simbólica dos exemplares do Caderno. Após essa data, houve mais alguma distribuição do material?
29.	Alguma estratégia já foi planejada para a implementação da Política na educação básica?
30.	(Se a resposta anterior for sim). Qual foi a estratégia? (Se a resposta anterior for não). Por que não?
31.	A Secretaria de Estado da Educação (SED) tem orçamento para efetivar a estratégia planejada?
32.	Qual é a maior dificuldade para a implementação da Política na educação básica?
33.	Há algum prazo para a implementação da Política na educação básica?
34.	Qual é o tempo que se espera obter resultados dessa implementação?
35.	Os termos velho, velhice e envelhecimento estão presentes em outros Cadernos/Políticas elaborados pela SED. Eles já foram implementados na educação básica?
36.	(Se a resposta anterior for sim). De que maneira? Os professores já receberam capacitação dessas outras Políticas? Já estão disponíveis avaliações dessas políticas? (Se a resposta anterior for não). Por que não?
37.	O(A) Sr(a). gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

Fonte: Elaboração própria.

Adotaram-se os seguintes critérios de inclusão: ter elaborado o Caderno da Política de Educação para o Envelhecimento do Estado de Santa Catarina, fazendo parte da equipe técnico-pedagógica e consentir em contribuir com a pesquisa. Os critérios de exclusão foram os seguintes: as pessoas que contribuíram na elaboração do caderno como colaboradores, revisores, diagramadores, *designers*, bem como os participantes que se recusaram a participar do estudo e/ou não assinaram o TCLE.

Para identificar um modelo de capacitação sobre envelhecimento para professores de educação básica, foram elegíveis os 28 autores do Caderno da Política. A coleta de dados foi realizada on-line no período de outubro a dezembro de 2023. Os participantes foram convidados por e-mail a responder, de forma voluntária, a um questionário on-line, via *Google Forms*, após assinarem o TCLE. O questionário foi elaborado pelas pesquisadoras, contendo perguntas sobre as características sociodemográficas, educacionais e profissionais dos participantes e a indicação de um modelo de capacitação de professores

sobre envelhecimento. Para a caracterização dos participantes o questionário continha questões referentes a sexo, gênero, idade, escolaridade, estado civil, cor/raça, atuação e tempo de experiência na área do envelhecimento. Para a indicação de um modelo de capacitação, as questões foram referentes ao tipo de capacitação, tempo de duração, instrutor, instituição provedora, tipo de material didático, estratégia pedagógica da capacitação e tópicos principais a serem abordados.

Questões éticas

O presente estudo seguiu o que preconiza a Resolução n.º 466/2012 (BRASIL, 2012) e a Resolução n.º 510/2016 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sob o Parecer n.º 69540623.1.0000.5404 e autorizado pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

Análise dos dados

Os dados provenientes das entrevistas foram analisados conforme diretrizes de Kuckartz e Rädiker (2023) para análise de conteúdo de dados qualitativos. Este tipo de análise é definido como um método que descreve e interpreta o conteúdo do objeto de pesquisa a ser analisado, sendo composta de seis etapas. Inicialmente a primeira etapa consiste em preparar e planejar o que se pretende investigar, bem como selecionar o material que será analisado para que na etapa seguinte o mesmo seja lido, com o intuito de identificar temas e padrões iniciais. Na terceira etapa há o desenvolvimento de categorias dedutivas e indutivas que correspondem, respectivamente, àquelas baseadas em teorias e na literatura e àquelas provenientes do próprio material de pesquisa. A partir da criação das categorias, na quarta etapa há a codificação inicial classificando os trechos do texto nas categorias, havendo a possibilidade de ajustes nas categorias criadas para que, na quinta etapa possam ser analisadas em termos de frequência e significados subjacentes e interpretadas a fim de que discutam com as perguntas de pesquisa e a literatura. Finalmente, na sexta etapa, ocorre a descrição, discussão dos resultados e conclusão da pesquisa. Para o presente estudo foram criadas oito categorias, descritas no Quadro 2:

Quadro 2 - Categorias criadas para a análise dos dados

Nome da categoria	Descrição do conteúdo	Aplicativo de categoria (esta categoria é codificada se os seguintes aspectos forem mencionados
Etapas para o desenvolvimento da Política de Educação para o Envelhecimento	Trata do desenvolvimento (estágios/etapas) da aplicação das Políticas públicas.	Identificação do problema público, quais etapas ocorreram para a formulação da Política, periodicidade, carga-horária, desafios, complexidade e considerações a respeito de cada etapa.
Identificação do problema público	Trata da identificação das ferramentas para diagnóstico e avaliação do problema público.	Qual é o problema público que esta Política aborda, se precisa ser corrigido ou prevenido, o grupo geracional e étnico/racial que comete/cometeria esse problema público e os fatores que determinaram a criação da Política. E qual é a contribuição da Política para a população.
Participantes	Trata das entidades participantes, seus representantes e demais membros que compuseram cada etapa de elaboração da Política.	Como ocorreu a escolha das entidades, seus representantes, se outras entidades e representantes foram convidados, escolha da equipe de elaboração (consultora, coordenadora geral, colaboradores) e entidade que pensou sobre a temática inicialmente.
Dificuldades para o desenvolvimento desta Política	Trata dos desafios da construção Política em quaisquer etapas do processo de desenvolvimento.	Impasses, desafios, dificuldades, obstáculos, atrasos, eventos que dificultaram o desenvolvimento desta Política Pública.
Implementação	Trata de apresentar e descrever a fase de implementação da política.	Esta categoria é codificada se os seguintes aspectos forem mencionados: distribuição dos Cadernos da Política, ações/programas implementados, orçamento e prazo para a implementação planejada.
Informações adicionais sobre esta Política	Trata de apresentar outros aspectos referentes ao desenvolvimento da Política que não foram perguntados, mas que os entrevistados acrescentaram como informação.	Aspectos concretos ou simbólicos que intervieram no desenvolvimento da Política e que não foram descritos anteriormente.

Fonte: Elaboração própria.

Os dados provenientes do formulário online foram analisados de modo qualitativo, conforme diretrizes de Kuckartz e Rädiker (2023). Inicialmente por meio de leitura inicial das respostas do formulário on-line, no intuito de identificar os dados que respondiam aos objetivos do estudo. Posteriormente esses dados foram extraídos e inseridos em um quadro, disposto em categorias descritivas provenientes segundo a proposição do estudo de Santos, Flauzino e Cachioni (2022) que mapearam e analisaram os treinamentos para professores de educação básica disponíveis em oito bases de dados, a partir da realização de uma revisão de escopo. As categorias foram: tipo de capacitação, tempo de duração (horas), instrutor, instituição provedora, tipo de material didático, estratégia pedagógica e tópicos principais da capacitação.

RESULTADOS

Dos quatro participantes elegíveis para a pesquisa, três aceitaram participar. De acordo com os entrevistados, o percurso de desenvolvimento da Política Pública de Educação para o envelhecimento do Estado de Santa Catarina consistiu, primeiramente, pela proposição do tema à Secretaria de Educação (SED) do referido Estado. A iniciativa foi apresentada por representantes do Conselho do Idoso de Santa Catarina e pela Associação Nacional de Gerontologia. Neste caso, as demandas foram: o envelhecimento da população brasileira e a perspectiva de aumento da população idosa segundo projeções para as

próximas décadas, em especial, no estado de Santa Catarina e o idadismo direcionado às pessoas idosas praticado pelos mais jovens.

A Srª Maria Benedita da Silva Prim, uma das representantes do Conselho do Idoso que apresentou a proposta desta Política Pública, também trabalha na Secretaria de Educação de Santa Catarina e compôs a equipe técnica responsável pela elaboração da Política. O Sr. Marcos Leandro Espindula, Srª Marilene da Silva Pacheco e Srª Zulmara Luiza Gesser também formaram a equipe. Inicialmente elaboraram um projeto escrito sobre a educação para o envelhecimento para apresentarem à Diretoria de Planejamento de Políticas Educacionais (DIPE). Sem o aval da Diretoria, não seria possível desenvolver esta Política Pública. Após algumas negativas, no ano de 2021 a proposta foi aceita.

A próxima etapa consistiu na criação de um grupo interdisciplinar para a elaboração desta Política. O convite foi direcionado às instituições que participam da elaboração de políticas públicas em parceria com a SED e de instituições relacionadas ao tema do envelhecimento. O grupo foi dividido em equipes de elaboração, sendo: uma coordenadora geral, uma consultora, quatro integrantes na função técnico-pedagógica, 28 autores e sete colaboradores, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 - Equipe de elaboração da Política Pública de Educação para o envelhecimento do estado de Santa Catarina

Nome	Instituição que representa	Função na equipe de elaboração da Política
Adriana Lima Moraes	Coordenadoria Regional de Educação de Joinville	Autora
Adriana Remião Luzardo	Universidade Federal da Fronteira Sul	Autora
Ancelmo Pereira de Oliveira	SED - Gerência de Políticas	Autor
Anderson da Silva Honorato	Instituto Federal de Santa Catarina	Autor
Carla Cristina Pessoto	SED - Gerência de Políticas	Coordenadora geral
Deise Rateke	Universidade Federal de Santa Catarina	Autora
Dilceane Carraro	Universidade Federal de Santa Catarina/ Curso: Serviço Social	Autora
Eduardo Zunino	Coordenadoria Regional de Educação	Colaborador
Elizete Soares Geraldi	Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis	Autora
Fábio Marcelo Matos	Conselho Estadual do Idoso	Autor
Fátima Regina da Silva	Sindicato dos Servidores da Previdência Social de Santa Catarina	Autora
Flávia de Souza Fernandes	Instituto Federal de Santa Catarina	Autora
Gabrielly Cabral Monsani	Universidade Federal de Santa Catarina	Colaboradora
Jéssica Dellalibera dos Santos	Universidade Estadual de Campinas	Colaboradora
José Raul Staub	Conselho Estadual de Educação	Autor
José Ricardo do Nascimento Lopes Junior	Universidade Federal de Santa Catarina	Colaborador
Jurema Iara Belli	Universidade do Estado de Santa Catarina	Autora
Karina de Lima Flauzino	Universidade de São Paulo	Colaboradora
Karine Coelho Graciosa	SED – Gerência de Políticas	Autora
Laura Matos Cavalcante Bueno	Universidade de São Paulo	Autora
Lourival José Martins Filho	Universidade do Estado de Santa Catarina	Autor
Maicon de Medeiros	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social	Autora
Marcos Leandro Espindula	SED - Gerência de Políticas	Equipe técnico-pedagógica e autor
Maria Benedita da Silva Prim	SED - Gerência de Políticas	Equipe técnico-pedagógica e autora
Maria Fernanda Baeta Neves Alonso da Costa	Universidade Federal de Santa Catarina - Pró-reitoria de extensão	Autora
Maria Helena Tomaz	Universidade do Estado de Santa Catarina	Autora
Maria Joana Barni Zucco	Associação Nacional de Gerontologia	Autora
Mariana Taube Romero	Secretaria Estadual de Educação - Ensino Médio	Autora
Marilene da Silva Pacheco	SED - Gerência de Políticas	Equipe técnico-pedagógica e colaboradora
Marília Celina Felício Fragoso	Associação Nacional de Gerentologia	Autora
Meire Cachioni	Universidade de São Paulo	Consultora
Patrícia Klein	Conselho Estadual do Idoso	Autora
Salete Teresinha Pompermaier	Universidade do Estado de Santa Catarina	Autora
Sandra Dartora	Instituto Estadual de Educação	Autora
Silvia Cardoso Bittencourt	Secretaria do Estado da Saúde (SES)	Autora
Sônia Regina Victorino Fachini	União dos Dirigentes Municipais de Educação	Autora
Zulmara Luiza Gesser	Secretaria Estadual de Educação - Ensino Fundamental	Equipe técnico-padagógica e autora

Fonte: Elaboração própria.

A seleção e contratação da consultora da Política ocorreu a partir de um processo seletivo composto por: análise de currículo e entrevista. Os candidatos foram escolhidos devido à relevância e contribuição para a área de educação para o envelhecimento que foram pesquisados e indicados por profissionais desta temática.

No mês de junho de 2021 foram realizadas duas rodas de conversa online, utilizando o aplicativo *Google Meet* com o Grupo de Trabalho formado. Foi a primeira vez que o desenvolvimento de uma Política Pública na SED ocorreu totalmente online, em decorrência do cenário pandêmico vivido naquele período (pandemia de COVID-19 e necessidade de isolamento social para minimizar o contágio e disseminação da doença). As rodas de conversa tiveram o objetivo de compreender o tema do envelhecimento no contexto da educação básica, e alinhamento do grupo de trabalho que era interdisciplinar.

Após estes encontros iniciais, a consultora, a coordenadora geral e a equipe técnico-pedagógica planejaram a metodologia de elaboração da Política pública que consistia na escrita de um Caderno que serviria como norteador para sua implementação. Um grupo de *Whatsapp* foi criado para facilitar a comunicação entre os membros da equipe de forma assíncrona e um link de uma sala virtual no Google Meet para os encontros síncronos. A metodologia consistiu em um treinamento dividido em módulos instrucionais com a apresentação detalhada de cada tema por parte da consultora, a partir de aulas expositivas e dialogadas e compartilhamento de slides. Cada módulo teve a duração de 3 horas, correspondendo a cada um dos capítulos do Caderno da Política a serem escritos, totalizando a carga-horária de 60 horas, conforme apresentado no Quadro 4. O treinamento foi gravado e as gravações estão sob domínio da SED.

Além das aulas síncronas, a consultora da Política e os colaboradores, criaram uma pasta no *Google Drive* contendo artigos, livros e demais referências que poderiam auxiliar na escrita dos capítulos do Caderno. As referências incluídas no Drive foram selecionadas mediante busca em bases de dados (ex. *Education Resources Information Center – ERIC* e *Ageline*), em revistas científicas das áreas de educação e gerontologia (ex. *Education Gerontology, The Gerontologist* e *Educação and Sociedade*), bem como de acervo pessoal. Esta pasta foi compartilhada com toda a equipe de elaboração do Documento, havendo a possibilidade de inclusão de novas referências que fossem pertinentes à temática a ser desenvolvida em cada capítulo do Caderno da Política.

Os autores foram divididos em subgrupos conforme interesse de cada autor, não havendo limite de participação na colaboração da escrita de um ou mais capítulos. A manifestação do interesse ocorreu mediante o preenchimento de um formulário no *GoogleForms*.

A partir desta divisão, a consultora e a equipe técnico-pedagógica acompanharam de forma síncrona e assíncrona o desenvolvimento de cada um dos capítulos do Caderno da Política. Os textos foram escritos a partir de discussões e escrita coletiva, utilizando o aplicativo *Word online*, e arquivo disponibilizado no *Google Drive*. No dia 22 de novembro cada subgrupo entregou e apresentou os capítulos escritos para toda a equipe de elaboração. A próxima etapa consistiu na realização de ajustes nos textos em relação à revisão ortográfica, redução e/ou realocação da redação em outro capítulo que fosse mais compatível com a ideia apresentada e, também, a conferência das referências utilizadas. Esses ajustes foram realizados pela coordenadora geral, consultora e equipe técnico-pedagógica.

Além das aulas síncronas, a consultora da Política e os colaboradores, criaram uma pasta no *Google Drive* contendo artigos, livros e demais referências que poderiam auxiliar na escrita dos capítulos do Caderno. As referências incluídas no Drive foram selecionadas mediante busca em bases de dados (ex. *Education Resources Information Center – ERIC* e *Ageline*), em revistas científicas das áreas de educação e gerontologia (ex. *Education Gerontology, The Gerontologist* e *Educação and Sociedade*), bem como de acervo pessoal. Esta pasta foi compartilhada com toda a equipe de elaboração do Documento, havendo a possibilidade de inclusão de novas referências que fossem pertinentes à temática a ser desenvolvida em cada capítulo do Caderno da Política.

Os autores foram divididos em subgrupos conforme interesse de cada autor, não havendo limite de participação na colaboração da escrita de um ou mais capítulos. A manifestação do interesse ocorreu mediante o preenchimento de um formulário no *GoogleForms*.

A partir desta divisão, a consultora e a equipe técnico-pedagógica acompanharam de forma síncrona e assíncrona o desenvolvimento de cada um dos capítulos do Caderno da Política. Os textos foram escritos a partir de discussões e escrita coletiva, utilizando o aplicativo *Word online*, e arquivo disponibilizado no *Google Drive*. No dia 22 de novembro cada subgrupo entregou e apresentou os capítulos escritos para toda a equipe de elaboração. A próxima etapa consistiu na realização de ajustes nos textos em relação à revisão ortográfica, redução e/ou realocação da redação em outro capítulo que fosse mais compatível com a ideia apresentada e, também, a conferência das referências utilizadas. Esses ajustes foram realizados pela coordenadora geral, consultora e equipe técnico-pedagógica.

A versão final deste processo de elaboração do Caderno compreendeu cinco capítulos intitulados, respectivamente: “O Envelhecimento como processo do curso de vida”, “Políticas Públicas no âmbito da Educação e do Envelhecimento”, “Educação para o Envelhecimento”, “A coeducação entre gerações e as parcerias intersetoriais no estado de Santa Catarina” e “Ações recomendadas para a Política Estadual da Educação para o Envelhecimento”. A ideia é que o Caderno sirva como guia explicativo que detalha a Política em termos conceituais sobre o processo de envelhecimento, importância de se educar sobre o

tema em razão do estabelecimento de relações intergeracionais positivas, bem como melhor compreensão sobre o próprio envelhecimento. Adicionalmente traz alguns exemplos de práticas exitosas realizadas na Educação básica sobre a educação para o envelhecimento e um glossário com termos utilizados nos campos da gerontologia e educação para melhor compreensão do Documento.

Quadro 4 - Cronograma para a elaboração da Política Pública de Educação para o Envelhecimento do estado de Santa Catarina

Temas e atividades desenvolvidas pelo Grupo interdisciplinar (GI)	Carga-horária	Data e horário
Apresentação do grupo interdisciplinar, cronograma e temas de discussão e metodologia	3 horas	02/09 às 14hs
Tema 1: O envelhecimento como processo do curso de vida Envelhecimento e Educação; Constituição da área Gerontologia Educacional; Aprendizagem ao longo da vida e educação para o envelhecimento	3 horas	13/09 às 14hs
Atividades semanais que precedem os encontros quinzenais: Organização do próximo módulo temático (Consultoria); Levantamentos documentais e bibliográficos (GI); Reuniões pré-agendadas com a consultora (GI); Organização prévia de possível texto que comporá a Política Pública da Educação para o Envelhecimento (GI)	5 horas	14/09 a 24/09
Tema 2: Educação para o envelhecimento. Documentos internacionais: OMS, UNESCO, UIL; Documentos Nacionais: Políticas e Programas; Documentos Estaduais: Santa Catarina	3 horas	27/09 às 14hs
Atividades semanais que precedem os encontros quinzenais: Organização do próximo módulo temático (Consultoria); Levantamentos documentais e bibliográficos (GI); Reuniões pré-agendadas com a consultora (GI); Organização prévia de possível texto que comporá a Política Pública da Educação para o Envelhecimento (GI)	5 horas	28/09 a 13/10
Tema 3: Envelhecimento, velho e velhice no Currículo da Educação Básica . Níveis e modalidades (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, EJA); Transversalidade e Interdisciplinaridade | Formação de professores; Abordagens contextuais (família, comunidade, diversidade, formação de crenças e atitudes em relação à velhice) | Formação dos alunos; Desafios institucionais	3 horas	14/10 às 14hs
Atividades semanais que precedem os encontros quinzenais: Organização do próximo módulo temático (Consultoria); Levantamentos documentais e bibliográficos (GI); Reuniões pré-agendadas com a consultora (GI); Organização prévia de possível texto que comporá a Política Pública da Educação para o Envelhecimento (GI)	5 horas	15/10 a 22/10
Tema 4: Parcerias intersetoriais e co-educação entre gerações. Povos e comunidades tradicionais de Santa Catarina; Comunidades de aprendizagem; Envelhecer em Santa Catarina: quem são os idosos de hoje e projeção para o futuro;	3 horas	25/10 às 14 horas
Atividades semanais que precedem os encontros quinzenais; Levantamentos documentais e bibliográficos (GI); Reuniões pré-agendadas com a consultora (GI); Organização prévia de possível texto que comporá a Política Pública da Educação para o Envelhecimento (GI);	5 horas	26/10 a 05/11
Divisão dos subgrupos interdisciplinares, apresentação de textos preliminares	3 horas	08/11 às 14hs
Atividades semanais que precedem os encontros quinzenais: Levantamentos documentais e bibliográficos (GI); Reuniões pré-agendadas com a consultora (GI); Organização prévia de possível texto que comporá a Política Pública da Educação para o Envelhecimento (GI);	5 horas	09/11 a 19/11
Divisão dos subgrupos interdisciplinares, apresentação de textos preliminares	3 horas	22/11 às 14hs
Atividades semanais que precedem os encontros quinzenais: Levantamentos documentais e bibliográficos (Consultoria); Reuniões pré-agendadas com a consultora (GI); Organização prévia de possível texto que comporá a Política Pública da Educação para o Envelhecimento (GI)	5 horas	23/11 a 03/12
Divisão dos subgrupos interdisciplinares, apresentação de textos preliminares	3 horas	06/12 às 14hs
Apresentação de texto final preliminar	3 horas	13/12 às 14hs
Entrega do texto elaborado pelo GI da Política Pública da Educação para o Envelhecimento	3 horas	17/12 às 14hs

Fonte: Elaboração própria.

Após a conclusão da elaboração do Caderno, houve o processo de consulta pública com o objetivo de incluir a participação de toda a sociedade e, principalmente, profissionais da educação tais como: docentes, gestores, especialistas e demais profissionais da área - que não fizeram parte das etapas anteriores - no desenvolvimento deste documento. No site da SED havia um link contendo a íntegra do Caderno e um formulário respectivo para cada um dos cinco capítulos do Documento para que os interessados pudessem escrever suas considerações referente a cada capítulo, no entanto, a colaboração poderia ocorrer em quaisquer capítulo(s) que desejassem, não sendo obrigatória a leitura de todos os capítulos. A consulta ocorreu entre os dias 15 de fevereiro e 4 de março do ano de 2022 e não houve sugestões a serem contempladas no documento, sendo assim foi encaminhado para o Conselho Estadual de Educação, sendo aprovado pelo respectivo Órgão.

A política foi estabelecida pelo Decreto Estadual n° 2.037, de junho de 2022 por intermédio do Governador do Estado de Santa Catarina Sr. Carlos Moisés da Silva juntamente com o Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Marcello José Garcia Costa Filho, e o Secretário de Estado da Educação, Sr. Vitor Fungaro Balthazar, que decretaram a aprovação dessa Política. Descritos em 12 artigos, o Decreto apresenta os princípios, objetivos, público-alvo, agentes envolvidos, implementação, avaliação e monitoramento e disposições finais da Política que, em suma, descrevem a inclusão da educação para o envelhecimento nas escolas de educação básica para promover um envelhecimento saudável destinado à toda a população de Santa Catarina. A publicação também expressa que compete à SED a coordenação das ações a serem realizadas.

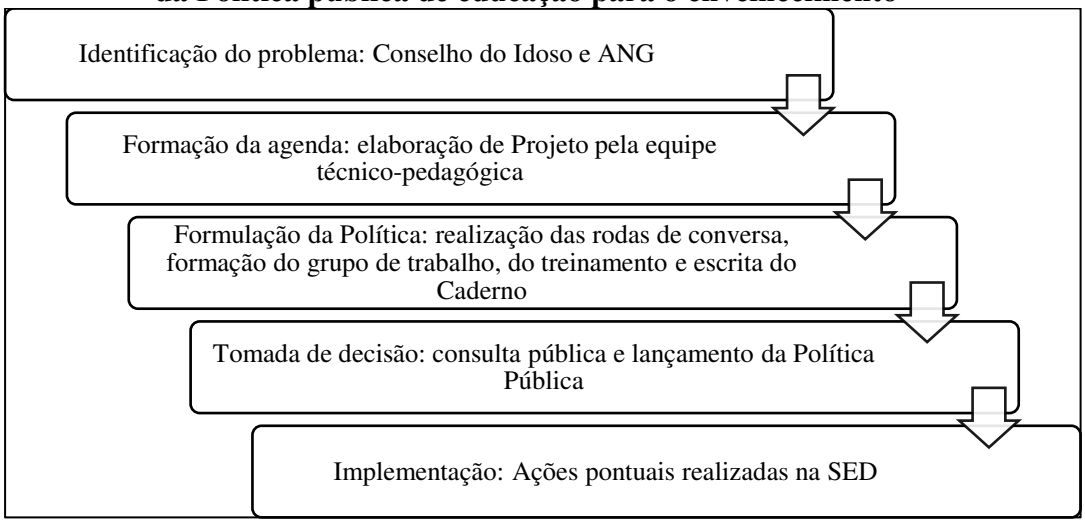
No dia 09 de novembro de 2022 ocorreu o lançamento da Política, realizada em cerimônia híbrida, na sede da Secretaria da Educação, localizada na cidade de Florianópolis, que foi transmitida simultaneamente pelo canal do Youtube "*Educação SC*". Estiveram presentes representantes de instituições que tem parceria com a SED, coordenadores e gestores escolares que receberam os primeiros exemplares impressos do Caderno, que posteriormente foram distribuídos às escolas estaduais e Coordenadorias Regionais de Educação.

Apesar da equipe técnico-pedagógica já ter planejado o desenvolvimento de ações para a implementação desta Política Pública, como um treinamento para os professores de educação básica a respeito do tema, até o momento só foram realizadas ações pontuais, como a elaboração de um banner para ficar exposto na SED em comemoração ao dia dos idosos e conscientização sobre à violência contra às pessoas idosas (em menção ao "*Junho Violeta*").

Com relação à implementação, todos os entrevistados alegaram terem elaborado um planejamento de capacitação de professores que eles ministrariam, porém, devido à implementação fazer parte de outra gerência dentro da SED, devem aguardar essa autorização. O Entrevistado 2 afirmou "a gente pede, mas

nós não conseguimos trabalhar na capacitação, esse assunto [...], sempre inventam outras coisas e acham que isso não é importante".

Figura 1 - Síntese das etapas de formulação da Política pública de educação para o envelhecimento



Fonte: Elaborado própria

Adicionalmente à capacitação de professores, de acordo com o Entrevistado 3, há o interesse de criar um núcleo do envelhecimento dentro da SED, envolvendo pessoas da secretaria, das escolas e das universidades para trocar experiências sobre a efetivação da política na educação básica e no ensino superior, bem como o desenvolvimento de um observatório com vistas ao monitoramento de como esta política está sendo desenvolvida. O Quadro 5 apresenta trechos das respostas dos participantes para cada categoria.

Em relação ao estabelecimento de um modelo para a capacitação dos professores da educação básica, os tipos de capacitação indicados pelos seis autores que responderam o formulário online foram: curso e oficina, havendo prevalência da Secretaria Estadual de Educação (SED) como instituição provedora dessa capacitação e produtora do material didático, conforme apresentado no Quadro 6. Sobre a estratégia pedagógica, a roda de conversa foi a mais indicada e a intergeracionalidade o principal tópico indicado a ser abordado na capacitação. Ambas, dizem respeito à troca de saberes, experiências, vivências e estímulo ao diálogo, podendo a intergeracionalidade estar presente na própria capacitação, como tema de estudo e vivência, sendo convergente com a estratégia pedagógica referenciada. Ademais, os autores também reconheceram temas como: violência, preconceito e cidadania, como outros tópicos a serem abordados na capacitação.

Quadro 5 -Respostas dos participantes

Nome da categoria	Participantes		
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Etapas para o desenvolvimento da Política de Educação para o Envelhecimento	"Não tem uma formatação, uma forma de fazer. Cada estado, ou cada governo, escolhe uma maneira..."	"Porque, foi produzido num período político. E isso nós temos que considerar também."	"Dentro da secretaria, a função de um técnico que faz parte disso é fundamental."
Identificação do problema público	"Essa questão do etarismo acontece mais no jovem [...] o eurocentrismo que nós herdamos lá, que ainda temos certos preconceitos que a gente carrega aí na nossa sociedade."	"a gente percebe que, na nossa sociedade, o que mais precisa ser trabalhado é na cultura europeia."	"Ah, com certeza, os brancos, essa questão do descendente europeu. Você vê o maior número de violência, esse desprezo."
Participantes	"Participaram universidades federais, institutos federais, a própria ANG participou."	"Das escolas não tem não (representantes). Talvez do Instituto Federal".	"A nossa definição com os participantes das instituições é quem, de alguma forma direta, principalmente direta, lida com as questões do envelhecimento e do idoso. E ligado à educação, que é uma política de educação."
Dificuldades para o desenvolvimento desta política	"Porque uma coisa, você está em uma discussão presencial, e fazer uma escrita presencial é muito mais, não que seja mais fácil, é mais produtivo, eu acho. E as discussões são outras, não adianta."	"Quando nós fomos discutir a política do envelhecimento, estava ligada aos pilares de Jacques Delors, que são contraditórios ao que nós compreendemos como concepção de educação."	"Não ter conseguido nenhum encontro presencial."
Implementação	"A nossa função lá, enquanto política, a nossa gerência, é a elaboração. O processo de implementação é outra gerência. Então, isso nos dá um entrave."	"A gente fala, a gente faz, a gente pede, mas nós não conseguimos trabalhar na capacitação esse assunto."	"A gente precisa começar efetivamente mobilizar a rede, porque não adianta fazer uma política tão boa se ela não chega onde ela precisa."
Informações adicionais sobre esta política	"Foi um despertar durante o processo, porque fomos nos dando conta do quanto a gente não parava para pensar nesse processo de envelhecimento no decorrer das nossas vidas, dentro dos ambientes escolares, dentro do nosso processo de evolução na educação."	"Gostaria muito que [...] a educação ao longo da vida contribuísse para tornar o cidadão esse idoso mais feliz, mas que não fosse pensado só a questão econômica."	"Eu acredito que dentro de pouco tempo nós vamos reduzir esse número de violência gigantesco que se tem [...] e é a escola que vai nos ajudar."

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito ao tempo total da capacitação de professores, há divergência entre os participantes que indicaram de 1h30 a 360 horas de duração. Outro tópico em que não houve concordância é sobre a indicação de instrutor da capacitação. Houve indicações de profissionais atuantes e aposentados de diferentes áreas do conhecimento, tais como: professores, psicólogos e assistentes sociais, que atuam em diversos setores (saúde, educação, assistência).

Quadro 6 - Indicação dos participantes sobre a capacitação de professores de educação básica

Participante/ Questão	1	2	3	4	5	6
Tipo de capacitação	Não informado	Curso	Oficina	Oficina	Não informado	Curso
Tempo de duração (horas)	Não informado	40h	20h	1h30	Não informado	De 90h a 360h
Instrutor	A própria participante	A consultora da Política	Área da saúde, conselho e Secretaria da Educação	Assistente social, psicólogo, educadores, professores aposentados	Conselho Municipal do Idoso	Professores da SED ou profissionais de áreas de conhecimento multiprofissional, como educadores físicos, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados
Instituição provedora	Não informado	SED	SED e União	Instituição não governamental, conselhos e especialistas da SED	Governa-mental por meio do Instituto Federal Catarinense	SED e Secretaria Municipal de Educação
Tipo de material didático	Organização própria	Organização própria	Manual e cartilha	Apresentação em Power-point e exibição de filmes	Organiza-ção própria	Cartilha, organização própria
Estratégia pedagógica	Mentoria, roda de conversa	Discussão em grupo, mentoria, roda de conversa	Discussão	Debates	Roda de conversa	Aula teórica, palestra, formação de grupos
Tópicos principais	Violência e Estatuto da Pessoa Idosa	Envelhecimento: conceito, inserção no currículo e a Política de Educação para o envelhecimento	Intergeracio-nalidade, diversidade e preconceito	Educação, envelhecimento e intergeracionalidade	Intergera-cionalidade e dados do censo de 2022	Desenvolvimento humano (domínios biológico, psicológico e social), legislação, cuidados com o ser humano envelhecente, 4 estudos teóricos em relação a escolaridade da pessoa idosa, intergeracio-nalidade, cidadania da pessoa idosa

Fonte: Elaboração própria.

DISCUSSÃO

Mediante os resultados apresentados nas entrevistas, compreende-se o processo descentralizado, interdisciplinar e democrático presente em todas as etapas do desenvolvimento desta Política Pública. Instituições externas à Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina propuseram e participaram de todas as etapas de sua formulação, correspondendo à perspectiva multicêntrica identificada por Secchi (SECCHI, 2021).

Apesar de constar no Caderno da Política a necessidade de inserção de temas acerca da educação para o envelhecimento devido à projeção da população ser mais longeva e heterogênea (SANTA CATARINA, 2022b), é o idadismo o principal problema público identificado pelos participantes. De maneira sutil, a demanda é apresentada no documento: "A educação para o envelhecimento tem como objetivo informar e formar pessoas de todas as idades para uma sociedade que valorize as pessoas idosas e lhes proporcione uma vida de melhor qualidade" (SANTA CATARINA, 2022c). No entanto, não fica evidente no documento se há grupos etários específicos que desvalorizem as pessoas idosas, sendo essa uma política corretiva, tampouco se, devido ao aumento da população idosa que ocorrerá nos próximos anos, é necessária uma educação com vistas a prevenir que a velhice seja aviltada pela sociedade. Ademais, identifica-se uma intersecção entre idade e relações étnico-raciais, uma vez que seriam os jovens brancos os que mais cometem o preconceito em relação à idade. Assim sendo, constata-se que os aspectos socioculturais interferem na heterogeneidade do envelhecimento (VIUDE, 2009).

Uma dificuldade apresentada pelo Entrevistado 2 diz respeito à divergência de concepções teóricas entre o currículo base da educação catarinense e o da Política de Educação para o envelhecimento. A partir do aporte da Teoria Histórico-Cultural descrito no *Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense*, entende-se a educação como a *"*inclusão de todos no processo de apropriação dos conhecimentos, em nível científico*"* (SANTA CATARINA, 2019, p. 325). Vygotsky (2001), um dos nomes mais proeminentes dessa perspectiva, considera a educação ligada à interação, às vivências de cada indivíduo, às particularidades biológicas e materiais de cada um, bem como ao contexto histórico e cultural cujo objetivo é promover a humanização dos indivíduos. Por outro lado, Jacques Delors considera a educação desenvolvida em quatro pilares para criar uma cultura universal ("aprender a conhecer", "aprender a fazer", "aprender a viver juntos" e o "aprender a ser") e tem o intuito de desenvolver as capacidades e potencialidades de cada indivíduo, "o que implica, por parte de cada um, a capacidade de assumir sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal" (DELORS, 2010, p. 10). Desse modo, quando se concebe a educação sob uma ou outra concepção teórica, as indicações

metodológicas também diferem e, provavelmente, essa situação possa ser mais um impeditivo para a implementação dessa Política.

Ficou evidente o *conteúdo simbólico* (SECCHI, 2019) presente no desenvolvimento dessa Política. À princípio, devido a necessidade de maior esclarecimento sobre a relevância temática da Política por parte do Secretário de Educação, postergando o início de sua formulação. Posteriormente, o entrave está ocorrendo em relação à sua implementação, em que, do mesmo modo, o tema ainda não está presente nas formações de professores, pois "acham que isso não é importante". Porém, é preciso sensibilizar o professor sobre a importância de promover o respeito e a valorização das pessoas idosas na educação básica (TODARO; CACHIONI, 2022).

Sobre o estabelecimento de um modelo de capacitação de professores, apesar dos autores da Política serem representantes de 14 instituições diversificadas (Universidades, Conselhos, Associações, entre outros), houve indicação apenas do Instituto Federal como provedora das formações, para além da SED. Apesar de ser um dever do poder público assegurar a capacitação docente (BRASIL, 2009), sugere-se a partir dos dados coletados, pouco reconhecimento por parte dos autores de que as instituições que participaram da elaboração do Caderno da Política, também possam colaborar com sua implementação, por meio do desenvolvimento desta capacitação. Estes dados corroboram com o levantamento realizado pelas Fundações Carlos Chagas e Cesgranrio que verificaram que a capacitação de professores é provida pelos próprios profissionais das Secretarias de educação ou, ainda, por consultorias contratadas por elas (GATTI, 2008).

É possível constatar nas respostas a interdisciplinaridade dos temas sugeridos, com destaque às ciências humanas e sociais, fato que pode ser explicado, possivelmente, pela área de formação dos participantes deste estudo. Estes temas superam e ampliam a abordagem exclusivamente biológica, que a velhice e o processo de envelhecimento são apresentados para discussão em disciplinas e/ou no cotidiano, quando ocorrem (LEÃO, 2017). Considerar outras dimensões é de fundamental importância para promover uma capacitação docente que seja efetiva (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

Na experiência de Estrela e Silva (2021) na oferta de um curso on-line sobre educação para o envelhecimento para estudantes de Licenciatura em Pedagogia e Educação física, a carga-horária total foi de 12 horas, divididas em quatro encontros de duas horas de atividades síncronas e quatro horas de atividades assíncronas, utilizando as plataformas Google Meet e WhatsApp. A partir da referida experiência, entende-se que a modalidade on-line possa ser viável, no caso da Política de Santa Catarina, pensando na abrangência da capacitação ser a nível estadual. Consultando o site da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina, constatou-se que esta modalidade foi adotada para a capacitação docente de outras Políticas (SANTA CATARINA, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo descrever o percurso de desenvolvimento da Política de educação para o envelhecimento do estado de Santa Catarina e apresentar um modelo de capacitação de professores de educação básica a respeito da temática, como estratégia inicial de implementação da Política. Os resultados demonstraram que o desenvolvimento da Política Pública de educação para o envelhecimento do estado de Santa Catarina ocorreu de maneira online, interdisciplinar e descentralizada, com a participação de 14 instituições, sendo desenvolvida com o objetivo principal minimizar o idadismo cometido pelos mais jovens em relação às pessoas idosas. Ademais, foi apresentado que a implementação deste tema nas escolas depende do entendimento dos atores responsáveis pela elaboração de capacitação de professores a inserirem os conteúdos desta Política e apresentarem aos profissionais da educação.

Com relação à implementação da Política a partir do estabelecimento de um modelo de capacitação de professores, de acordo com os resultados obtidos no formulário online, foi identificado que não há um consenso metodológico sobre a maneira que a capacitação de professores da educação básica deva ocorrer. A limitação dessa pesquisa encontra-se no intervalo de tempo entre o desenvolvimento da Política Pública e a coleta de dados. Esse fator pode ter contribuído para a baixa adesão de respostas do formulário online.

Diante disso, recomenda-se que futuros pesquisadores possam desenvolver os métodos indicados pelos autores da Política, descritos neste estudo e avaliem se há métodos mais eficazes em relação a outros para efetivar e inserir, de fato, a temática do envelhecimento na educação básica no estado de Santa Catarina. Apesar disso, entende-se que os resultados desta pesquisa possam colaborar com a visibilidade da Política, a compreensão dos fatores determinantes para seu desenvolvimento e suscite estratégias para sua efetiva implementação nas escolas de educação básica do Estado de Santa Catarina.

É importante compreender que apesar da recomendação do Caderno da Política Pública de educação para o envelhecimento propor a capacitação de professores como prática inicial de implementação desta Política, há outras estratégias de promoção da educação para o envelhecimento na sociedade que também precisam ser consideradas para que a compreensão do tema não recaia sob responsabilidade exclusiva dos professores. Ademais, é fundamental enfatizar que se trata de uma Política Pública pioneira no país, que pode impactar positivamente setores como: educação, saúde e assistência social, modificando atitudes e crenças em relação à velhice e ao processo de envelhecimento, mas que ainda necessita de mobilização social e entendimento político para ser efetivada.

REFERÊNCIAS

ABECASSIS, N. F. **Literatura infantil e as doenças na velhice**: uma análise pelo viés pedagógico e formativo para o ensino fundamental (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras). Manaus: UEA, 2018.

AGOPYAN, V.; ARBIX, G. "A Universidade como fonte confiável para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas". **Estudos Avançados**, vol. 36, n. 104, 2022.

AGUIAR, L. R. M. **Identidades etárias e livro didático de inglês**: um olhar crítico sobre representações do envelhecimento (Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada). Brasília: UnB, 2018.

ALBUQUERQUE, M. S.; CACHIONI, M. "Pensando a gerontologia no ensino fundamental". **Revista Kairós-Gerontologia**, vol. 16, n. 5, 2013.

ALVES, M. E. S. *et al.* "Qualidade de vida e população idosa brasileira: um estudo das representações sociais no contexto pandêmico". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 18, n. 52, 2024.

ANDRADE, A. C.; FELIPE, E.; MEDEIROS, S. A. "Da pedagogia tradicional a uma aprendizagem significativa: ações inovadoras que fazem a diferença na vida do aluno". **Revista Episteme Transversalis**, vol. 11, n. 2, 2020.

ARROYO, M. G. "A educação básica e o movimento social do campo". *In:* ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. São Paulo: Editora Vozes, 2004.

BANDEIRA, R. L. G.; OLIVEIRA, V. R. "O envelhecimento sob a ótica da escola: um olhar para o futuro". *In:* BARROSO, A. S. *et al*. (orgs.). **Diálogos interdisciplinares do envelhecimento**. São Paulo: Editora Hipótese, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

BRASIL. **Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Brasília: Planalto, 1994. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

BRASIL. **Lei n. 12.056, de 13 de outubro de 2009**. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

BRASIL. **Lei n. 14.423, de 22 de julho de 2022**. Brasília: Planalto, 2022. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

BRASIL. **Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

BRASIL. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

BRASIL. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

BUTLER, R. N. "Age-Ism: Another form of bigotry". **The Gerontologist**, vol. 9, n. 4, 1969.

CACHIONI, M.; TODARO, M. Á. "Política Nacional do Idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal". *In:* ALCÂNTARA, A. O. *et al*. (org.). **Política nacional do idoso**: velhas e novas questões. Brasília: Ipea, 2016.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: Editora Cortez, 2010.

DENZIN, N. K. "Investigação Qualitativa Crítica". **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, vol. 13, n. 1, 2018.

EMILIO-YUS, M. S.; MUNITIS, A. E. "Iniciativa público-comunitaria de cuidados en el País Vascouna experiencia intergeneracional entre infancia y mayores en situación de vulnerabilidade". **Investigaciones Regionales: Journal of Regional Research**, n. 61, 2025.

ESTRELA, S. C.; SILVA, I. J. M. "Gerontologia educativa no contexto do curso de formação de professor". *In:* ANDRADE, M. E. B.; ESTRELA, S. C. (orgs.). **Tessituras educativas na atualidade**: entrelaçando olhares. Goiânia: Editora Kelps, 2021.

FERNANDES, D. M. "Estado, Políticas Públicas e Análise do Comportamento". **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, vol. 24, n. 1, 2022.

FRANÇA, L. H. F. P. *et al*. "Programas intergeracionais: quão relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira?". **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, vol. 13, n. 3, 2010.

GATTI, B. A. "Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década". **Revista Brasileira de Educação**, vol. 13, n. 37, 2008.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

GOMES, T. C.; COLARES, M. L. I. S. "A política de educação integral em tempo integral: a perspectiva dos professores". **Práxis Educacional**, vol. 15, n. 31, 2019.

JARDILINO, J. R. L.; SAMPAIO, A. M. M. "Desenvolvimento profissional docente: reflexões sobre política pública de formação de professores". **Educação Formação**, vol. 4, n. 10, 2019.

KAYA, G. *et al.* "Aging Education in Elementary Textbooks". **Procedia: Social and Behavioral Sciences**, vol. 116, 2014.

LEÃO, M. P. **O envelhecimento como temática nas escolas públicas do município de Rio das Flores** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia). Niterói: UFF, 2017.

LEVY, S.; GU, D. "Adult lifespan development is largely missing from the PK-12 health standards: a risk factor for U.S. society". **The Gerontologist**, vol. 63, n. 5, 2023.

MCGUIRE, S. L. "Aging education: A worldwide imperative". **Creative Education**, vol. 8, n. 12, 2017.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative research**: a guide to design and implementation. São Francisco: Editora Jossey Bass, 2016.

NERI, A. L. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Editora Alínea, 2014.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <www.oms.org>. Acesso em: 08/07/2025.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Plano estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2025**: equidade, o coração da saúde. Washington: OPAS, 2020. Disponível em: <www.opas.org>. Acesso em: 08/07/2025.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Relatório mundial sobre o idadismo**. Washington: OPAS, 2022. Disponível em: <www.opas.org>. Acesso em: 08/07/2025.

PETERSON, D. A. "A history of the education of older learners. *In:* SHERRON, R. M.; LUMSDEM, D. B. (eds.). **Introduction to educational gerontology**. London: Hemisphere Publishing Corporation, 1990.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**: Formação Geral Básica. Florianópolis: CEE, 2020. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 2.037, de 29 de junho de 2022**. Florianópolis: Governo do Estado, 2022a. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

SANTA CATARINA. **Formações e cursos**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2023. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

SANTA CATARINA. **Política de educação para o envelhecimento**. Florianópolis: Polimpressos Serviços Gráficos, 2022b. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

SANTA CATARINA. **Política de educação para o envelhecimento**. Florianópolis: Polimpressos Serviços Gráficos, 2022c. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 08/07/2025.

SANTOS, J. D.; FLAUZINO, K. L.; CACHIONI, M. "Treinamento para professores sobre envelhecimento: uma revisão de escopo". **Periferia**, vol. 16, n. 1, 2024.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L.; CRUZ-RUBIO, C. N. **Manual de Políticas Públicas na América Latina**. Cheltenham: Editora Edward Elgar Publishing, 2025.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SIMONETTI, M. **A constituição identitária do idoso na literatura infantojuvenil** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Letras). Pato Branco: UTFPR, 2016.

SOUZA, C. "Estado da arte da pesquisa em políticas públicas". *In:* HOCKMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SOUZA, C. “Políticas públicas: uma revisão da literatura”. **Sociologias**, vol. 8, n. 16, 2006.

TABORDA, L. E. *et al*. “Acessibilidade da pessoa idosa a serviços públicos nas plataformas digitais no município de Ponta Grossa-PR”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 42, 2023.

TODARO, M. Á.; CACHIONI, M. “Representações da velhice: uma análise dos desenhos de crianças, antes e depois de uma ação educativa gerontológica”. **Horizontes**, vol. 40, n. 1, 2022.

VAZÃO, A. P. H. **Produção de um documentário colaborativo com seniores sobre os desafios enfrentados nas tecnologias da informação e comunicação** (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Multimédia). Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015.

VIEIRA, T. R. L. “Prefácio”. *In*: NOGUEIRA, I. R. R. *et al.* **Educação para o envelhecimento**: temática urgente e necessária. Arapiraca: Editora Performance, 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

YAMASHIRO, J. A. **Atitudes sobre a velhice e convivência intergeracional**: professores, familiares e crianças do ensino fundamental (Tese de Doutorado em Educação). São Carlos: UFSCAR, 2018.

ZANGIROLAMI-RAIMUNDO, J.; ECHEIMBERG, J. D. O.; LEONE, C. “Research methodology topics: Cross-sectional studies”. **Journal of Human Growth and Development**, vol. 28, n. 3, 2018.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 23 | Nº 67 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima